

Miguel Carvalho

Quando
Portugal Ardeu

OFICINA
DO LIVRO

ÍNDICE

Introdução – Contra o esquecimento	13
Capítulo 1 – João caiu na rua num dia assim.....	19
Capítulo 2 – Vítor foi à farmácia e não voltou	33
Capítulo 3 – Ensaio sobre a fogueira	41
Capítulo 4 – A Contrarrevolução não mora aqui	55
Capítulo 5 – O Americano Tranquilo	95
Capítulo 6 – Aconteceu no Oeste.....	121
Capítulo 7 – Deus, Pátria e <i>molotov</i>	135
Capítulo 8 – Einar, doze chumbos no «Verão Quente»...	169
Capítulo 9 – História de um sequestro.....	183
Capítulo 10 – Vida e morte do padre Max	211
Capítulo 11 – No reino do «Batateiro»	229
Capítulo 12 – Os dias portugueses do «pastor-alemão» ..	267
Capítulo 13 – Biografia do bombista diletante.....	297
Capítulo 14 – Os homens sem sono da Judiciária.....	343
Capítulo 15 – Os diários do capitão	385
Capítulo 16 – Eu, contrarrevolucionário, me confesso...	427
Capítulo 17 – Autópsia de um julgamento	471
Capítulo 18 – Os segredos do Barro Branco.....	501
Agradecimentos.....	529
Siglas e acrónimos.....	530
Bibliografia consultada	532
Anexos	541

INTRODUÇÃO

Contra o esquecimento

Este livro é jornalismo, não é História.

Fala do «lado B» da revolução. Retrata personagens, recupera relatos e desvenda segredos de uma época de inusitada violência política, entretanto apagada da memória histórica ou das «memórias consensuais» do regime saído da revolução de 25 de abril de 1974.

Este apagão não é inocente.

A versão dos vencedores de um determinado período histórico guarda sempre esqueletos nos armários com receio de que possam deslustrar o retrato público, os consensos políticos e sociais, e o unanimismo sobre os factos trabalhado ao longo de décadas.

A imposição dessa memória concordante, sem grandes fissuras, sobre a época de maior confronto ideológico, político e social da democracia insere-se, pois, numa estratégia de domínio. «O controlo da memória de uma sociedade condiciona largamente a hierarquia do poder», escreveu o antropólogo social Paul Connerton, no famoso ensaio *Como as Sociedades Recordam*. Ora, se a utilização sistemática do aparelho de Estado para despojar os cidadãos da sua memória é típica dos totalitarismos, como deveremos batizar, em democracia, o discurso simplificado e a doutrina do esquecimento organizado para suprimir parte da História à memória dos povos?

Falar desse período histórico português, escrever sobre ele, subverte, pois, a narrativa oficial sobre os acontecimentos, protagonistas e episódios dos primeiros anos de democracia.

Os episódios, personagens, testemunhos e documentos que desfilam ao longo destas páginas, em boa parte inéditos ou resgatados a décadas de silêncios, nascem da obrigação jornalística de interrogar o passado e dar aos esquecidos da História o seu próprio direito ao passado, por muito que alguns deles só pretendam ser lembrados pelo presente.

São conhecidas as diversas narrativas sobre o 28 de Setembro de 1974, o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975, os casos República e Rádio Renascença, o cerco à Assembleia Constituinte, entre outros. Aqui, o objetivo jornalístico é esgravatar o que terá ficado ofuscado.

Nestas páginas moram memórias clandestinas, subterrâneas, mutiladas, marginais. Nelas cabem acontecimentos desconhecidos ou relegados para segundo plano, subjetividades e sombras que, uma vez iluminadas, ligadas e coligidas, talvez possam ampliar o olhar e o conhecimento sobre os extremos e as controvérsias de um tempo.

Subvertendo versões instituídas, sem maniqueísmos nem ajustes de contas retroativos, o jornalismo pode e deve des-sacralizar a memória coletiva, combater visões homogêneas e simplistas da História, estereótipos sobre o passado, e desassossegurar os mitos.

Quanto mais o presente instrumentalizar o passado, unificando-o e manipulando-o, mais deve o jornalismo combater o esquecimento, a amnésia e a mentira, sem que para tal tenha de impor uma Verdade.

A memória é plural.

Não há um passado, há passados.

Recuperar e reabilitar testemunhos e documentos tidos por inconvenientes ou menores, trazendo-os da memória privada para o espaço público, é, pois, uma obrigação.

Diversos historiadores e outros estudiosos oriundos das ciências sociais insistem em contrariar o argumento da superação dos traumas do passado como pretexto para impor políticas do esquecimento, revisionismos despudorados e memórias de reconciliação. Alguns consideraram imperioso lembrar que a memória histórica não é composta de factos, mas de interpretações. E essas não são inamovíveis. «Os historiadores não devem esquecer que são os cidadãos que fazem realmente a História – os historiadores apenas a dizem», escreveu, a este propósito, Paul Ricoeur.

Consciente de que muitas democracias modernas fazem amplo uso do «esquecimento por imposição», a pretexto da manutenção da «paz social», o filósofo francês deixou-nos uma interrogação pertinente: «Não será a prática da amnistia prejudicial à verdade à justiça? Por onde passa a linha de demarcação entre a amnistia e a amnésia? As respostas a estas questões não se encontram ao nível político, mas ao nível mais íntimo de cada cidadão, no seu foro interior. Graças ao trabalho de memória, completado pelo de luto, cada um de nós tem o dever de não esquecer, mas de dizer o passado, de um modo pacífico, sem cólera, por muito doloroso que seja», afirmou.

Quase 27 anos de jornalismo ensinaram-me que o passado nunca está esgotado e obriga a reinterpretar o que sabemos.

O passado tem longa duração. Mexer nele é contrariar este eterno presente em que vivemos. Hobsbawn chamou-lhe «presente contínuo», François Hartog cunhou a expressão «presentismo».

Ambos constituem a maior ameaça à pluralidade da memória e corporizam, segundo Fernando Rosas, um «quotidiano sem qualquer relação orgânica com o passado público da época atual». A desmemória é, pois, o resultado desse «apagão seletivo», onde o presente é um lugar habitado apenas pelo imediato, sem passado nem futuro. Parafraseando T. S. Eliot, o mundo torna-se então propriedade exclusiva dos vivos, sem lugar para os mortos.

Mais de quatro décadas volvidas sobre a fundação do regime democrático e das «amplas liberdades» o autor encontrou diversos obstáculos por parte de zelosos guardiães de arquivos públicos. Obstáculos legais, claro, ou não fossem as leis e as normas jurídicas, por vezes, os maiores aliados do silêncio e do esquecimento.

Escudados na interpretação rigorosa das leis, o Arquivo Geral do Exército ou a Assembleia da República podem, ainda hoje, recusar o acesso a documentos essenciais para compreender, em toda a sua dimensão, este período turbulento da nossa História.

Mais: a lei dá aos protagonistas dessa História o direito de se tornarem donos desse mesmo silêncio e esquecimento, uma vez que as respetivas autorizações para a libertação total de documentos só podem ser dadas pelos próprios ou pelos respetivos herdeiros.

Será, de todo, aceitável esta privatização da memória pública?

A isso juntou-se outra dificuldade, a do homem e das suas circunstâncias. Diversos protagonistas do período aqui retratado recusaram testemunhar sobre o mesmo. Uns de forma diplomática. Outros ignorando olímpicamente sucessivas solicitações. Outros ainda tendo por certo que não passaram anos suficientes para que possam relatar as suas vivências no conforto da democracia, sem correrem o risco de convocar certos demónios de tempos idos.

Estes últimos talvez tenham razão.

Mas o caminho fez-se andando.

Este livro deve, em primeiro lugar, a Josué da Silva (*O Julgamento da Rede Bombista*), João Paulo Guerra (*Polícias & Ladrões*) e Eduardo Dâmaso (*A Invasão Spínolista*) inspiração antiga para desbravar territórios novos de investigação jornalística sobre um período da História recente que permanece na penumbra e na obscuridade.

Este livro é também resultado de dezenas de corajosos e contrastados testemunhos. Trata-se de protagonistas que

permitiram exclusivo acesso a preciosos arquivos pessoais e aceitaram falar pela primeira vez, ou quebrar silêncios de décadas, sobre episódios que viveram, moldaram as suas existências e o nosso percurso coletivo, para o bem e para o mal.

Este livro resgata memórias de vítimas das primeiras horas, meses e anos de revolução, a maioria delas ignoradas ou reduzidas a uma nota fúnebre num pé de página da História. Vidas a que nenhum Juízo Final, parafraseando Jorge de Sena, poderá devolver «aquele instante que não viveram, aquele objeto que não fruíram, aquele gesto de amor que fariam “amanhã”».

Este livro mergulha nas origens, cumplicidades e desenlaces da rede bombista de extrema-direita, nas investigações e processos judiciais turvos sobre os quais ainda hoje se guardam receosos e prudentes silêncios, não vá estragar-se a moldura do regime.

Este livro pretende, por fim, iluminar as trevas de uma época irrepetível, obedecendo a um ponto de vista jornalístico e a um conceito moral de dever de memória que recusa as «estratégias do esquecimento» teorizadas por Paul Ricoeur.

No conjunto dos 18 capítulos, este livro é, na esmagadora maioria, inédito e original, mas também recupera e atualiza relatos, memórias e episódios trazidos a público, em primeira instância, na revista *Visão*.

O que vão ler é, pois, a outra história da revolução.

Uma narrativa que foi sendo obstruída, reciclada ou sujeita a demasiados esquecimentos, mas que sobreviveu até aos nossos dias e se oferece enquanto escrutínio e contraste de versões canonizadas.

A construção da democracia não foi apenas isto?

É verdade. Mas foi também isto.

A História, essa, será sempre o que fizermos dela.

Porto, 19 de dezembro de 2016

CAPÍTULO I

João caiu na rua num dia assim

Quando a revolução amanheceu, o tempo já tinha parado na Faculdade de Letras de Lisboa. João Guilherme Arruda, estudante açoriano do segundo ano de Filosofia, saíra cedo do quarto do 5.º andar da residência partilhada com colegas na Avenida Casal Ribeiro, n.º 21, na capital. Ao chegar à universidade descobrira que as aulas tinham sido suspensas. Nessa manhã, o jovem de 20 anos decidiu então seguir a torrente de entusiasmo e gente que, nas ruas, engrossava os afluentes da liberdade.

A reportagem da RTP apanhou-o, de relance, nas imediações do Quartel do Carmo ao início da tarde de 25 de abril de 1974.

Cabelos compridos, sobre os ombros, João vestia uma camisa clara de colarinhos, tipo «asas de avião», e aproximara-se cabisbaixo do cenário dos instantes decisivos. As câmaras captaram-no por segundos: mão no queixo, rosto espantado, rodeado de curiosos e soldados agachados, esboçara um sorriso cúmplice para um desconhecido.

O Telejornal da noite repetirá as imagens onde João surge, pela última vez, de braços cruzados, atento ao desenlace da longa espera.

Figurante entre muitos, expectante como todos, ele passara o primeiro dia da liberdade a mastigar as horas tensas da rendição de Marcelo Caetano, presidente do Conselho.

A ditadura finava-se, quase sem estrebuchar.

João estava ainda no Largo do Carmo quando, a 400 metros de distância, os agentes da PIDE-DGS resistiram ao estertor da ditadura.

Assanhados e apossados, desataram a disparar cegamente das janelas do edifício da polícia política, na Rua António Maria Cardoso.

As rajadas de metralhadora varreram a multidão que se acumulara diante do prédio. Algumas pessoas tombaram, desamparadas, feridas.

Ao princípio da noite, Marcelo Caetano entregou-se e, com esse gesto, um povo emergiu da noite e do silêncio habitando um poema.

A nova do Portugal libertado correu célere.

Gente feliz com lágrimas, por entre abraços e cravos, desfilou, triunfal.

Mas àquela hora da liberdade sem freio nem tudo era território libertado.

João seguiu com a massa ululante de manifestantes, muitos deles estudantes, para o espaço físico que faltava exorcizar: a sede da PIDE-DGS. Fazendo jus à sua identidade e história, a sinistra instituição do regime salazarista não se renderia sem sangue.

Passava das oito da noite quando, das janelas, os pistoleiros da polícia política abriram fogo, de novo sem olhar a quem.

João é atingido na cabeça.

Quatro homens caem e morrem.

Há de contar-se mais de trinta feridos.

Um «pide» resistiu a um militar e, já em fuga, foi também abatido.

Chegou mais povo. Ambulâncias.

Quando entrou no hospital, João ainda respirava. Mas num sopro se apaga, enquanto o País desperta da longa madrugada.

Ao longo dos dias seguintes, em serviços noticiosos da RTP, o locutor Fialho Gouveia refere-se brevemente a um jovem «loiro», aparentando 20 anos, que continuava na morgue por identificar.

Manuel Sá Couto, amigo dos tempos de faculdade, em Braga, estava em casa. Escutara as notícias, enquanto um frio lhe percorria a espinha. Pegou no telefone e ligou para Rosa, prima de João Arruda.

«Ela não sabia de nada. Isso fez-me crer que o cadáver seria ele.»

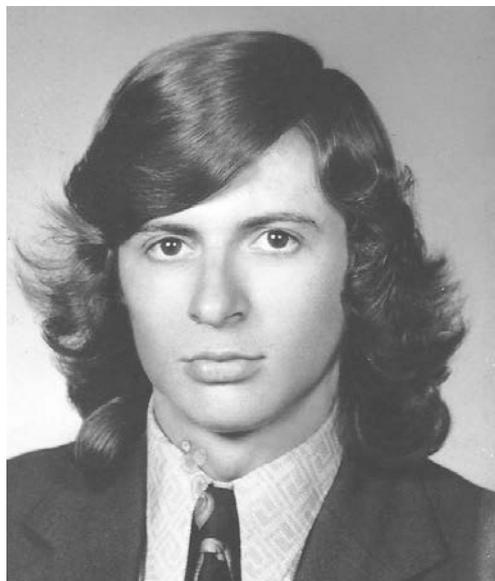
Por essa altura, o general António de Spínola recebia um País em estado novo. À mesma hora, outro Spínola, colega de João, da ilha de São Jorge, fora chamado a reconhecer um corpo.

Entre lágrimas, confirma: João Guilherme do Rego Arruda, rosto de Abril despedaçado, falecera na noite em que a liberdade se fez dia. «Às portas do sonho», diria depois um familiar.

Mal ouvira falar de mortes junto à sede da PIDE, a mãe estremecera.

A família sabia-o curioso e talvez andasse pelas ruas de Lisboa a assistir a tudo, olha quem! Esperava-se o pior.

A confirmação dos maus presságios demorou quatro dias a atravessar o Atlântico. Domingo, 28 de abril de 1974, chegou aos Açores. Nesse dia, já não era novidade que João faltara à missa.



Um de treze irmãos, numa prole de onze raparigas, duas das quais faleceram ainda bebês, João nasceu a 13 de janeiro de 1954, filho de Eduardo Arruda e Jorgina da Conceição, um casal pobre de Santo António Além Capelas, na ilha de São Miguel.

O pai, varredor de rua, ajudava no abastecimento dos navios.

A mãe, doméstica, dedicara-se aos pequenos e fazia uns dias por fora.

João sempre fora um rapaz vivaço, esperto e irrequieto.

Em criança, a brincar, assustara de tal forma uma irmã que esta caiu pela escada e ficou com um problema numa vista. Até à idade adulta, o irmão não descansou até conseguir que ela fosse operada nos EUA, com sucesso. O jovem vivia preocupado com as irmãs, sobretudo as mais novas. Dizia:

«Não quero que elas sofram como as mais velhas, que tiveram de sair de casa ainda meninas para irem servir.»

Eurico Mendes, figura incontornável da comunicação social portuguesa na comunidade emigrante dos Estados Unidos, seguiu a saga da família. Oito irmãs de João, acompanhadas pelos pais, começaram a rumar a Fall River, Westport, Tiverton e Dartmouth, no Massachusetts, a partir de novembro de 1975, ficando apenas Maria de Lurdes em São Miguel. Gabriela da Silva, Ana Frias, Etelvina Medeiros, Helena Alves, Maria do Carmo Penacho, Paula Guiomar, Jorgina Carvalho e Esmeralda Torres foram deixando os Açores, em diferentes períodos, instalando-se nos EUA em definitivo.

João entrara com 9 anos no Seminário de Angra do Heroísmo, desejo dos pais que o queriam ver padre. «Não era apenas por devoção. Era a única maneira de as famílias pobres darem estudos aos rapazes e encaminhar o seu futuro», conta a irmã Esmeralda.

Mas nem uma passagem por Fátima opera o milagre. «Aquilo não era para ele. Nem para mim. Não tínhamos jeito, nem vocação», recorda Luís Miúdo, colega de então.

QUANDO PORTUGAL ARDEU

A mãe ficou desolada. «Foi um desgosto», confirma a irmã. «Ele não queria ser sacerdote paroquial. Disse à mãe que, se viesse a ser ordenado, preferia ser missionário, para ajudar os outros. Ela compreendeu.»

No fundo, «ele tinha a ideia de que ia vencer na vida», confirma José Dinis Carvalho, ex-aluno da Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada.



O convívio estudantil despertara nele, entretanto, outras curiosidades.

Na transição para a idade adulta, João ouvia as canções de Zeca Afonso e, nas conversas, já borbulham outras ideias, contestatárias. Dizia:

«Se for chamado para combater nas colónias, fujo!»

Falava de uma «guerra injusta» no Ultramar. «O espírito revolucionário do João nascera da raiva contra a pobreza e a falta de oportunidades para os mais pobres», explica o amigo Sá Couto.

João só dará alguma importância à política em Lisboa. Mas as suspeitas de fidelidades revolucionárias pairavam nas mesas dos cafés de Ponta Delgada, onde apareciam, amiúde, exemplares do *Avante!* clandestino, o jornal do Partido Comunista. «Nunca se sabia quem os deixava lá, mas era voz corrente que a PIDE desconfiava do João», diz José Dinis Carvalho, desde cedo contagiado pela personalidade do amigo. «Falávamos muito de política, as ideias dele influenciaram-me. Sempre o ouvi dizer que Portugal ia ser livre.»

A 12 de setembro de 1972, João trocou São Miguel por Braga, para estudar Filosofia na Universidade Católica. Tinha 18 anos.

Na terra de onde partiram os homens que, em 1926, instalaram a ditadura, instalaram-se três rapazes açorianos com grandes ideais de liberdade e sabedoria, mas confinados a um quarto, na Rua de Santa Margarida. Eram eles João Arruda, Luís Miúdo e Manuel Sá Couto.

Arruda revela-se um estudante exemplar. «Fora de série. Adorava Filosofia! Quanto mais teórica e metafísica, melhor», reconhece Miúdo.

Marx, Durkheim, Hegel, começam a ser «familiares».

Dirigida por jesuítas, a faculdade tem fama de ser comedida nas notas dadas aos caloiros. «Mas o João passou com 15 e 16 a todas as cadeiras», recorda a irmã Esmeralda. Vai notar-se nele um fascínio crescente pelo ensino: «Nesse tempo, o João

sonhava ser professor. Quando passávamos junto a uma escola, os olhos dele brilhavam», garante Miúdo.

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE FILOSOFIA
BRAGA

Bilhete de Identidade Escolar

Nome do Aluno: *João Guilherme Rego Arruda*

Data de Matrícula: *28 IX 72* N.º de Matrícula *977*

Braga, *6* de *Dezembro* de *1972*

Assinatura do Aluno, *Rego Arruda* O Secretário, *M. Almeida*

Numa cidade parada no tempo, conservadora nos hábitos e costumes, os três entretêm-se em passeios pelo Cávado, aventuras exploratórias na região, prazeres simples à beira-rio.

O futebol é um dos vícios de João. No campo e no Totobola.

No seu diário anota prémios, resultados, golos. De trato fácil e afável, só os desaires do Benfica o azedam. Mas onde rola a bola está ele, sem olhar a rivalidades: em 1972, faz uma direta para ver o FC Porto-Dínamo de Dresden, no Estádio das Antas, e regressar a tempo das aulas. «Não facilitava. Obrigava-nos sempre a levantar cedo quando tínhamos frequências», lembra Miúdo. Não se deitava sem estudar, mas só o fazia depois dos serões televisivos.

O aparelho de TV não chegara ainda aos Açores e, em Braga, João torna-se um «ferrinho» de concursos e programas musicais. Anota no seu diário as incidências dos festivais da canção e as «injustiças» quanto a vencedores e vencidos. Nessas páginas, habitadas por referências às aulas, exames e correspondência trocada, João deixou outras pistas para o seu

universo e quotidiano. Estudioso, reconheceu que a «falta de atenção ou concentração» nas aulas lhe eram «peculiares».

As leituras de *Terra dos Homens*, de Saint-Exupéry, e dos documentos do Episcopado francês *Para uma Prática Cristã da Política* vestem nele um perfil humanista, defensor de uma Igreja plural, democrática e próxima das pessoas. Quando o correio lhe traz jornais açorianos com os relatos das festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres não contém a ironia:

«Tantas coisas escrevem... e tão mal pensadas!»

Quando regressa aos Açores para descansar das aulas e rever a família, tem à sua espera dilemas mais corriqueiros. «Recebi carta da mãe a aconselhar-me que cortasse os cabelos grandes antes de ir para férias. Ela detesta os cabelos grandes», escreve.

Mais do que um estilo, o aspeto físico revelava uma vontade interior.

«Um dia apareceu na aldeia com os cabelos compridos e uma *t-shirt* do Martin Luther King. A minha mãe ia morrendo!», conta a irmã Esmeralda. Dona Jorgina temia o falatório. «Deixe falar, mãe», respondia João. Depois sentava-se «e explicava aos meus pais quem era o Luther King, o que era a liberdade, a democracia. Com muita meiguice, paciência e palavras simples, para eles entenderem».

Aos poucos, a família deixava-se contagiar por frases «inteligentes e doces», sonhos em gestação.

Um dia, no canto de uma toalha de mesa, escreveu: «Antes morrer livre do que em paz sujeito.» Jorgina não percebeu. Ele explicou: «Mãe, nós vivemos em paz, mas não temos liberdade para nos expressar, vivemos debaixo de uma ditadura e do fascismo, mas isso vai acabar, o dia virá.»

Em meados de 1973, João tinha Lisboa no seu plano de voo.

Queria trabalhar, estudar, ganhar dinheiro para ajudar a família e pagar os estudos da irmã Esmeralda, então aluna do secundário.

No verão, ainda irá até Paris encher chouriços, numa fábrica de enchidos.

mi quando eram apro-
 ximadamente 3 horas de
 caminhada. Até ter
 uma bone sobre a lei
 "Terra dos boões" de
 Saint Exupery. Hoje é
 mesmo um dia de
 velar. Ele quando
 chega farto de presso
 Recebi carta da mã
 a aconselhar-me que
 cortasse os cabelos gran-
 des antes de ir para fe-
 rias. Ela detesta os ca-
 belos grandes.

16- Era sábado. Era exam
 de H. de Filosofia Medi-
 eval. Eu tinha dispen-
 sado de sente mas
 e sabia bem a matéria

De lá trará alimento para saciar outros apetites: os livrinhos vermelhos de Mao Tsé-Tung, o *Manifesto do Partido Comunista* e outras obras subversivas. «Os temas sociais, os movimentos religiosos, que tinham por dentro uma vontade de derrubar o regime, eram-lhe muito caros», diz o amigo Sá Couto. «Ele tinha ideias de esquerda, mas vagas, derivadas sobretudo da sua condição social», acrescenta Luís Miúdo. «Era de uma família pobre e nunca se esquecia disso. Humilde, mas orgulhoso e vaidoso da sua condição. Queria ser alguém, mas não ignorava as raízes e não deixava que o machucassem.»

Quando parte para Lisboa, João tem várias missões a cumprir. «Com as poupanças de uma vida, os pais tinham-lhe comprado uma casinha nos Açores e ele queria trabalhar em *part-time* para pagá-la e custear as suas próprias despesas», relembra Miúdo.

Carrega também um mistério para desvendar, a pedido da mãe: António Duarte Arruda, o irmão, morrera a 14 de outubro de 1965, colhido por um comboio da linha de Cascais, quando cumpria serviço militar. Esta era a versão oficial. Mas a família estranhara as circunstâncias do falecimento.

Em Braga, João consultara arquivos e jornais nas horas livres. Com a desconfiança a corroê-lo, tenta recolher pistas em busca da «verdade». A morte do irmão, por acidente, não o convencera. «Acreditava que tinham feito alguma coisa ao António no quartel», diz hoje Esmeralda. «O João preferia pensar que ele desertara da tropa», recorda por seu lado Sá Couto, que o via inconsolável.

Os amigos seguem-no pelos cemitérios da capital para encontrar registo da sepultura, sem sucesso. «Uma vez, em conversa, achámos por bem que o João dissesse à mãe, como forma de ela descansar a alma, que o irmão estaria sepultado no Cemitério do Alto de São João», refere Sá Couto. Ele concordou. Mas nunca esqueceu.

João Arruda começara então a enfarinhar-se na vida estudantil e nas movimentações políticas contra a ditadura. Embora

sem filiação nos partidos de esquerda então clandestinos, João participa nas arriscadas ações do PCP e do MRPP contra o regime. Justificava:

«Desde que seja para dar pancada no Governo, contem comigo!»

A sua vida social e académica agita-se.

É frequentador assíduo das tertúlias de «Filosofia Pura» nos cafés, reúne-se em casa de amigos para discutir política e «falar mal da situação». Distribui propaganda, alinha em greves e boicotes às aulas, colabora na agitação de massas, aprende a driblar a repressão. Pelo meio, lê avidamente o «camarada» Mao.

Deputado da Ala Liberal na Assembleia Nacional, o açoriano Mota Amaral, que viria a ser presidente do Governo Regional, também dará por ele em conversas e reuniões de «pedagogia democrática» que promove na Casa dos Açores em Lisboa. Rapaz pouco falador, mas atento, «tinha aquele ar de poeta e artista, próprio da época».

Apanhado a espalhar comunicados, João é importunado pela PIDE-DGS que, olhando ao ar de «puto» e ao facto de ser açoriano, não vê nele grande ameaça. O jovem, contudo, é castigado com uma semana de suspensão das aulas. Nessa altura, João admitira mudar para o curso de Direito, pois, segundo ele, «era mais fácil mudar a sociedade sendo advogado».

Nos meses que antecederam a revolução, João sentira o cheiro de um tempo novo. Desde finais de fevereiro de 1974 que o ouviam obcecado com o livro *Portugal e o Futuro*, de Spínola, para o qual procurava cúmplices de discussão e tertúlia. Levava o volume a passear, escrevia cartas a falar do que lera, e até oferecera exemplares a amigos. Sá Couto foi um deles. «Deu-mo e disse que, a partir dali, a revolução estava iminente.»

Não se enganou.

No dia da liberdade, o amigo tentou contactá-lo para saber como tinha festejado. «Nunca me atendeu o telefone.»

A 30 de abril, terça-feira, o corpo de João Arruda seguiu, com honras militares, para Santo António, a freguesia da família, onde se realizou o funeral. No dia seguinte, o primeiro Dia do Trabalhador sem amarras, a ilha de São Miguel despertou numa contradição: feliz e enlutada.

Na imprensa micalense, os títulos e artigos aplaudiam os militares da revolução, mas condenavam o «sangue açoriano derramado em frente à sede da DGS». Lamentou-se «a trágica morte» de João, acompanhando na dor «seus desolados pais e irmãos».

Em Ponta Delgada, manifestantes evocaram-no e organizaram campanhas solidárias para apoiar a família. De Lisboa chegaram rumores de que estudantes das residências da Universidade Clássica pretendiam dar o nome do colega assassinado à antiga Residência de Egas Moniz, onde morava. Mota Amaral não tem dúvidas: «É o nosso mártir de Abril.»

António Lage, 32 anos. Fernando Luís Barreiro dos Reis, 24. Francisco Carvalho Gesteiro, 18. José James Barnetto, 37. João Guilherme Arruda, 20. São estes os cinco mortos a tiro pela PIDE no dia 25 de abril de 1974. Uma trágica moldura que assenta na perfeição à instituição criminosa da ditadura que teve vários nomes, de PVDE a DGS. Durante décadas, com assassínios sem nome e outros emblemáticos (Humberto Delgado) no currículo, além de torturas e sevícias sem fim, a polícia política dedicou a sua existência a amarrotar até o mais singelo quotidiano de inocentes cidadãos com o contributo de cem mil informadores e milhares de agentes, «a bem da Nação».

As horas da rendição foram trágicas e só terminaram na manhã de sexta, 26. Quando as forças que libertaram o País entraram na sede da PIDE encontraram, além de dossiês relativos à vigilância e perseguição de milhares de cidadãos, um arsenal de último grito, uma frota de automóveis opulenta, fartos cabazes de alimentos inacessíveis à maioria da população, livros e panfletos da mais variada espécie, e muitas revistas pornográficas. Silva Pais, o último diretor, sentado à secretária,

entregou as chaves dos arquivos aos militares e ainda perguntou se queriam que os retratos de Salazar, Marcelo Caetano e Américo Tomás fossem retirados. Foram.

Em 1980 foi descerrada uma placa em mármore no antigo edifício da PIDE, homenageando assim os mortos do dia 25 de abril de 1974.

Em 2009, a placa seria retirada por considerar-se inadequada a um condomínio de luxo em construção no mesmo local.

Uma réplica viria a ser reposta pela Câmara de Lisboa em 2014, por iniciativa da vereadora Helena Roseta e de um grupo de cidadãos, mas ficariam gravados na pedra os mesmos erros da placa original: os atingidos pelas balas da PIDE foram cinco e não quatro. E João Guilherme Rego Arruda aparece identificado como José.

Em São Miguel, ilha natal do antigo estudante de Filosofia, nunca se enganaram. A homenagem da Câmara de Ponta Delgada foi feita por ocasião das bodas de prata do Dia da Liberdade no Cemitério de Santo António, na presença de familiares e amigos de João Arruda.

Até falecer, o professor Manuel Sá Couto, amigo e antigo colega de faculdade, fazia a peregrinação anual ao cemitério. Aí deixava um molho de cravos. Depois organizava um jantar-festa, e foi também dele a iniciativa de criar um grupo no Facebook para dar força à ideia de atribuir o nome do estudante a uma rua dos Açores.

Enquanto foi presidente do Governo Regional, Mota Amaral mandou celebrar missas por João Arruda e visitou o cemitério. «Mas nunca foi feita justiça aos mortos de Abril, nem a sua família teve direito a uma “pensão de sangue”», reclamara Sá Couto, que conviveu de perto com parentes do estudante morto a tiro pela PIDE. «A [Maria de] Lurdes, irmã do João, só há poucos anos deixou os seus filhos participarem neste jantar de Abril, uma vez que para ela Abril é luto e não festa.»

A viver nos Estados Unidos, Esmeralda Torres nunca confundiu a dor da perda e o parto de um País novo. A morte, afinal, não levou tudo.

«Oh! *Yes!* Sem dúvida. O João conquistou-nos para os ideais de liberdade e democracia e aquele dia significou muito para Portugal. Quero pensar que a morte dele não foi em vão e que ainda viveu umas horas de felicidade. Foi um dia de luto para nós, mas o 25 de abril é um grande dia. A morte do João não foi em vão. Pelo menos, ainda pôde saborear uns momentos. Portugal é um país livre. Como ele sonhou.»

A 25 de abril de 1974, pelo menos por umas horas, João Arruda foi feliz. Mas nem tudo foram cravos.